

■ CAPÍTULO 3 ■

O QUADRADO ONTOLÓGICO E AS FORMAS DE PREDICAÇÃO

Neste texto, discutimos as distinções entre particular e universal, e concreto e abstrato, enquanto noções em que se articulam conceitos lógicos, semânticos e ontológicos. O objetivo é refletirmos sobre as implicações ontológicas e categoriais dessas distinções e suas conexões com as teorias da pregação.

3. O QUADRADO ONTOLÓGICO E AS FORMAS DE PREDICAÇÃO

As palavras “tem”, “há” e “existe” são de uso corrente em diferentes contextos de nossas interações comunicativas, e estão em geral associadas a diferentes substantivos. Na vida cotidiana usam-se essas palavras sem maiores problemas, e quando ocorre alguma dúvida, ela é facilmente sanada. Se vamos à feira, as questões “... tomates?”, “... frutas vermelhas hoje?”, “... dinheiro suficiente?” e assemelhadas, nas quais se usa, no lugar dos três pontos, uma daquelas palavras, são rapidamente respondidas com uma breve investigação. Em geral, o sentido dessas expressões, o de existência de objetos, é idêntico ao da pergunta “**existe** uma pedra no meio do caminho?”. Agora, além desse uso, fala-se seguidamente em “existe um modo de fazer caipirinha”, “não há nada como uma paixão”, “tem uma relação entre o sabor e a cor”, “há um número primo par”, “há um conceito de consistência”, etc. Diante desses usos, uma pergunta então pode ser posta: há um único sentido de existência codificado nessas diferentes expressões, ou não? E se não, quantos há? Perguntado de outro modo: sempre se trata aí da existência de objetos e entidades? Será que esses usos prejudgam o tipo de objeto ou entidade?

Uma maneira de explicar esses usos consiste na introdução de diferentes tipos de seres, aos quais se pode atribuir existência, e na afirmação de que as diferenças de significação se devem aos diferentes modos de ser/existir. A diferença entre universais e par-

ticulares às vezes é assim explanada. A diferença entre uma pedra e uma relação seria a de que a pedra é um particular e que a relação é um universal. Os particulares são concretos e os universais são abstratos. Para alguns, apenas os particulares existem propriamente; para outros, os particulares são apenas exemplificações efêmeras dos verdadeiramente existentes, os universais. Outra abordagem diz que ambos existem segundo seu próprio modo, e mantêm uma relação extrínseca; para outros, a relação é intrínseca, no sentido de que não existiriam particulares e universais separados uns dos outros. Outra corrente de pensamento faz colapsar a distinção abstrato-/concreto e admite a existência de universais concretos e particulares abstratos.

Agora, não obstante os pares de expressões “particular e universal” e “concreto e abstrato” serem de uso corrente, e expressarem duas oposições incorporadas no nosso linguajar cotidiano, não é claro em que sentido elas são empregadas. Por um lado, diz-se que uma pedra é uma entidade *particular*, em contraste com uma ideia, que seria um *universal*. O que se quer dizer é que a ideia, seja ela a ideia de redondeza, se aplica a muitas entidades diferentes sem deixar de ser uma e a mesma ideia; enfim, que ela pode se repetir. Em termos espaçotemporais, uma mesma ideia se aplica a diferentes entidades em diferentes regiões do espaço-tempo. Já uma entidade particular, ao contrário, somente é o que é uma única vez, não podendo ser diferente ou estar simultaneamente em diferentes regiões espaçotemporais, enfim, é algo irrepetível. Por outro lado, diz-se que uma pedra é uma entidade concreta, em contraste com uma qualidade da pedra, que seria um abstrato. O que se quer dizer é que a qualidade, seja ela a sua forma redonda, não existe em separado, e apenas pode ser apreendida na pedra, no sentido de que a temos ao abstrairmos (deixarmos de lado) a massa, o peso, a localização espaçotemporal, etc. da pedra. A pedra, porém, existe e é o que é, dá-se independentemente de qualquer processo de abstração. Em geral se diz que um objeto abstrato não está localizado no espaço-tempo e que a pedra não entra em relações causais, no sentido de não ser atual ou efetiva.

Uma maneira de compreender essas distinções é tomá-las como formas de contribuição semântica de expressões para o

conteúdo de nossas enunciações. Admitido o campo de doação da enunciabilidade, trata-se de explicitar diferenças naquilo que é dito por uma frase. Considerem-se as seguintes afirmações e a contribuição semântica das expressões em negrito para o que é enunciado por essas frases:

1. João cortou **a árvore** plantada por Airton.
2. **O verde dessa árvore** é mais escuro do que o daquela.
3. **O corte de árvores** nem sempre é um crime.
4. A igualdade é um caso de **identidade**.

A partir da distinção acima, podemos dizer que as expressões em negrito referem-se respectivamente a um particular concreto (1), um universal concreto (2), um particular abstrato (3) e um universal abstrato (4). Note-se, porém, que as expressões “a árvore” e “o verde dessa árvore” indicam um conteúdo **coisal** que ocorre efetivamente e de maneira única, localizável espaço-temporalmente e possuidor de relações causais energéticas. Já as expressões “o corte de árvores” e “identidade” indicam um conteúdo conceitual que pode ser dito de diferentes ocorrências e cujas determinações independem de haver ou não ocorrências efetivas. Ora, essas explicações são claramente insuficientes. Primeiro, por causa do uso frouxo das noções de entidade, conteúdo, qualidade, localização espaçotemporal, etc. Segundo, por causa da suposição geral de que se podem usar exemplos cotidianos, tais como pedras, formas, propriedades e relações, para ilustrar conceitos e distinções teórico-filosóficos. Terceiro, pela suposição de que há realmente definições coerentes para esses quatro termos. Façamos então um desvio pela história da filosofia e vejamos se essas distinções ficam mais claras.

3.1 O QUADRADO ARISTOTÉLICO

No Livro 2 das *Categorias*, Aristóteles introduziu uma distinção ontológica pré-categorial que ainda hoje tem seus efeitos. Trata-se

da distinção entre “ser afirmado de um sujeito” e “ser em um sujeito” (ARISTÓTELES, 1985). O ponto de partida de Aristóteles é semântico, pois diz respeito ao **significar** e ao **significado** das expressões em posição de predicado: “o predicado é sempre o signo do que se afirma de outro, isto é, de coisas inerentes a um sujeito, ou contidas em um sujeito” (ARISTÓTELES, 1985). Daí a distinção entre quatro casos: (1) “predicar algo de um sujeito, ainda que não se ache presente em nenhum sujeito”; (2) “ser em um sujeito, e não predicável de qualquer sujeito”; (3) “simultaneamente, predicável de um sujeito e ser em um sujeito”; (4) “não ser, nem em um sujeito, nem predicável de qualquer sujeito”. A distinção diz respeito ao significar dos signos em posição predicativa, e refere-se ao significado das expressões predicáveis; mas, em função do conceito mesmo de significar, fundado, para Aristóteles, no conceito de serem determinadas (ARISTÓTELES, 2006), tais distinções se refletem nas distinções ontológicas mais básicas.

Essa distinção lhe permitiu introduzir quatro classes de termos de entidades: (1) o que é tanto afirmado quanto está em um sujeito; (2) o que é afirmado de um sujeito sem estar num sujeito; (3) o que está num sujeito sem ser afirmado de um sujeito; e, por fim, (4) o que não é afirmado de um sujeito nem é em um sujeito. Essa quadripartição ontológica está claramente assentada na suposição da forma de enunciação básica do tipo sujeito–predicado (S é P) e nas ideias de que o “é” tanto pode significar “*ser-em* algo” quanto “*ser-afirmado* de algo”. Nesse sentido, ela entrecruza o plano semântico (e lógico) com o plano do ser (ôntico). A partir de **Boécio**, fixou-se assim a designação dessas distinções, respectivamente: (1) *substância particular*, (2) *substância universal*, (3) *acidente universal* e (4) *acidente particular*, que pode ser ilustrada pela diferenciação, respectivamente, entre Sócrates ou aquele homem particular, o humano ou humanidade genérica, a ciência exercida por Sócrates, e o branco do cabelo de Sócrates.

No livro *Isagoge, Introdução às categorias de Aristóteles*, de **Porfírio**, escrito no final do século III d.C., encontramos novamente o entrecruzamento de noções semânticas com noções ontológicas na explicação de predicáveis ou categorias. Com efeito, Porfírio afirma que:

.....
 Categorias Aristotelis
 commentaria, PL 64, 170BC.



Porfírio (232-305). Fonte:
[http://pt.wikipedia.org/wiki/
 Ficheiro:Porfírio.JPG](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Porfírio.JPG)

em cada categoria, há certos termos que são os gêneros mais gerais, outros que são as espécies mais especiais, outros ainda que são intermédios entre os gêneros mais gerais e as espécies mais ínfimas. É mais geral o termo acima do qual não pudesse haver outro gênero superior; é mais especial o termo do qual não pudesse haver outra espécie subordinada; são intermediários entre o mais geral e o mais especial outros termos que são ao mesmo tempo gêneros e espécies, entendidos, é verdade, relativamente a termos diferentes. Procuremos esclarecer quanto dizemos tomando apenas uma categoria. A substância é em si mesmo um gênero; abaixo dela acha-se o corpo; abaixo do corpo, o corpo animado; abaixo do corpo animado, o animal; abaixo do animal, o animal racional; abaixo do animal racional, o homem; abaixo do homem, enfim, Sócrates e Platão, e os homens particulares. (PORFÍRIO, 1994, p. 60).

Desse modo, o significado das expressões em posição predicativa se distribui em cinco diferentes modos: gênero, espécie, diferença, próprio e acidente. A distinção entre “ser-em” e “ser-afirmado de” agora pode ser explicitada por meio de uma relação hierárquica de dependência quanto à existência: as únicas entidades propriamente existentes seriam as concretas, ou indivíduos *particulares*, como Sócrates, aquele que conversou com Platão e Antístenes no dia tal e em tal lugar de Atenas. As espécies (*eidós*), bem como os gêneros (*genos*), as diferenças (*diaphora*), os próprios (*idion*) e os acidentes (*symbebekos*), teriam um **modo distinto** de existência, pois eles são realidades **universais**. Porfírio deixou em aberto em relação aos universais “**a questão de saber se elas são realidades em si mesmas, ou apenas simples concepções do intelecto, e, admitindo que sejam realidades substanciais, se são corpóreas ou incorpóreas, se, enfim, são separadas ou se apenas subsistem nos sensíveis e segundo estes**” (PORFÍRIO, 1994, p. 51). Desde então debate-se essa questão, muitas vezes denominada de “o problema dos universais”, pois se trata da questão da posição ontológica das predicções verdadeiras que têm como sujeitos lógicos algo que não é um particular concreto.

Foram dadas quatro soluções para esse problema: **o realismo**, que afirma a existência e a entidade dos universais como independentes da mente, da linguagem e do conhecimento humanos, conforme certa leitura de Platão; **o realismo moderado**, que por sua vez afirma a existência objetiva e formal, mas nega a indepen-

dência em relação às substâncias concretas; o **conceitualismo**, que afirma a existência mental dos universais, com valor objetivo (Epicuristas e Estoicos) ou sem valor objetivo (Céticos); e por fim o **nominalismo**, que nega a existência e a entidade dos universais, considerando-os meras palavras ou nomes comuns. Essa discussão em geral é codificada em três posições: *universalia ante res*, *in res*, ou *post res*. Respectivamente, universais “antes das coisas”, “nas coisas”, ou “depois das coisas”. Há diferenças quanto ao entendimento desse “antes, nas ou depois”: temporal, cognitivo, ontológico, etc. Em geral se menciona como exemplares, entre outros, Platão e Agostinho, com a opinião de que os universais (ideias) existem antes das coisas concretas, Aristóteles e Tomás de Aquino, com a opinião de que os universais existem nas coisas, e G. de Occam e T. Hobbes, da opinião de que universais apenas existem depois das coisas, como impressões mentais.

3.2 O MONISMO NOMINALISTA

A expressão “nominalismo” genericamente indica a posição pela qual os ditos universais seriam tão somente um efeito de linguagem, no sentido de que são as necessidades e propriedades da linguagem, sobretudo a nominalização, que nos induzem a pensar que há algo mais ali onde há apenas coisas concretas e particulares. Com feito, Occam estabeleceu uma interpretação suficientemente clara desse problema. Esse monge franciscano, excomungado pelo Papa João XXII, tinha certa predileção pela vida minimal. Atribuiu-se a ele o lema “*Pluralitas non est ponenda sine neccesitate*”, isto é, “a pluralidade não deve ser posta sem necessidade”. Esse lema está subjacente na sua teoria sobre os universais e predicáveis. Ele defendeu que os universais não tinham existência fora da mente, e que os universais eram apenas signos ou nomes usados para se referir a grupos de indivíduos e a propriedades de indivíduos. Os seus adversários defendiam que, para além das entidades individuais (substâncias particulares) e os estados mentais a eles associados (nossos conceitos), haveria ainda ideias, ou universais. Para Occam, isso era “pôr uma pluralidade para além da necessidade”. Ou seja, para os realistas, se há **um** indivíduo, digamos Sócrates, então há **várias** outras coisas, os universais: a humanidade, a animalidade,

a corporeidade, a calvície, a brancura, a velhice, etc., que Sócrates exemplifica ou que o determinam como isso e aquilo. Para Occam, essa pluralidade de entidades era um excesso desnecessário.

A posição de Occam sobre os universais abstratos inicialmente era de que eles não tinham nenhuma existência real, mas somente uma existência no pensamento, pertencendo ao domínio do fictício. Propriamente falando, haveria aí apenas nomes. Depois, ele adotou a teoria de que os universais eram atos do pensamento, e que estes eram atos sobre vários objetos simultaneamente. Tais atos ou estados seriam, por sua vez, ontologicamente particulares, e sua “universalidade” reduzir-se-ia a serem signos ou predicados de muitos (particulares). Desse modo, podia-se dispensar a sua existência e reformular o significado das sentenças predicativas. A sua análise de um enunciado como “Sócrates é semelhante a Platão” era que apenas se necessitava dos particulares Sócrates e Platão; a semelhança não era um terceiro, somente significava o fato de Platão ter um aspecto correspondente a cada aspecto de Sócrates. Assim, se Sócrates e Platão têm a pele branca, o cabelo louro e ambos são filósofos, eles são semelhantes, sem a necessidade de se acrescentar algo a mais. Por conseguinte, toda realidade extramental, isto é, toda entidade concreta seria um particular individual, que pode ser indicado por meio de nomes próprios. Os termos gerais, sobretudo os nomes comuns, não designariam entidades não particulares, mas significariam nomeando várias entidades particulares simultaneamente.

Mais tarde, Hobbes defendeu que “nada no mundo é universal senão os nomes, pois cada coisa particular é individual e singular” (HOBBS, 1979, p. 38), e outro inglês, J. Locke, no século XVII, conjuminou a posição nominalista sobre os universais com o empirismo epistemológico e a teoria mentalista da linguagem. Na obra *Ensaio acerca do entendimento*, de 1690, Locke combateu duramente a suposição de realidades abstratas para além das realidades concretas particulares. A sua doutrina combina uma teoria da linguagem e da mente pela qual palavras e ideias são sinais das coisas. As ideias gerais, expressas por nomes comuns, serão desligadas de qualquer referência a realidades:

Geral e universal não comportam a existência real das coisas, mas são criaturas e invenções do entendimento, formadas por ele para seu próprio uso e se referindo apenas a sinais, quer palavras, quer ideias. Foi mostrado que as palavras são gerais quando usadas como sinais de ideias gerais, sendo, deste modo, indiferentemente aplicáveis a várias coisas particulares; e as ideias são gerais quando constituídas para representar diversas coisas particulares, não pertencendo universalmente às próprias coisas, por serem todas particulares do ponto de vista da existência, até mesmo as palavras e ideias que significam coisas gerais. (LOCKE, 1980, p. 229.)

A tese de Locke era a de que as noções de essência, espécie, gênero, enfim, todas as ideias abstratas, são um produto do trabalho do entendimento “que abstrai e forma estas ideias gerais” (LOCKE, 1980, p. 229). O correlato das ideias gerais e dos termos abstratos, por conseguinte, não seria do âmbito da realidade; a sua função semântica seria tão somente de classificação das coisas reais a partir das suas relações de semelhança. O que há são coisas particulares. As próprias palavras e ideias são também entidades particulares:

[...] a classificação delas sob nomes é o trabalho do entendimento, captando oportunamente a similitude que observa entre elas para formar ideias gerais abstratas e estabelecê-las na mente, com nomes que lhe são anexados como modelos ou formas, com as quais as coisas particulares, como existentes, concordam, de sorte que passam a ser desta espécie, têm esta denominação, ou são colocadas nesta classis. Quando dizemos isto é um homem, este um cavalo; isto é justiça, aquilo crueldade; isto um relógio, aquilo uma alavanca: o que fazemos, além de classificar coisas sob diferentes nomes específicos, como concordantes com estas ideias abstratas, das quais fazemos estes nomes sinais? Que são as essências dessas espécies assinaladas e designadas por nomes, a não ser estas ideias abstratas na mente, que são os laços entre as coisas particulares que existem, e os nomes sob os quais elas estão classificadas? E quando os nomes gerais têm qualquer conexão com os seres particulares, estas ideias abstratas são os meios que os unem, de sorte que as essências da espécie, como distinguida e denominada por nós, nem são nem podem ser nada exceto estas precisas ideias abstratas que temos em nossas mentes. (LOCKE, 1980, p. 229-230).

A partir dessa doutrina, Locke desenvolveu uma teoria do conteúdo semântico das sentenças predicativas que não têm como sujeito lógico um particular. Por essa teoria, tais sentenças sempre

são apenas sobre o “significado das palavras”, não informando nada acerca das coisas mesmas, mas somente sobre as palavras e o uso das palavras. Por isso Locke as denominou de “proposições frívolas”: **“Todas as proposições em que as palavras mais compreensivas, denominadas gêneros, são afirmações ou subordinadas ou menos compreensivas, chamadas espécies, ou individuais, são puramente verbais”** (LOCKE, 1980, p. 263-264). Desse modo, o problema dos universais é resolvido com a eliminação da suposição de entidades abstratas. O ser que pode ser conhecido como existente é o ser que é apreendido pelos sentidos, coisas e sinais, ou é um estado particular de uma mente, apercebido pela introspecção.

Atualmente há diferentes versões nominalistas, sobretudo nas correntes filosóficas cientificamente orientadas. O principal problema enfrentado pelos nominalistas, contudo, é o da especificação das entidades particulares, ou indivíduos, que formariam a base de toda a realidade. Seriam os objetos individuais cotidianos, como pedras e nuvens, os átomos de Epicuro, as partículas subatômicas da física atual, os dados dos sentidos, as vivências? Essa pergunta apenas chama a atenção para o fato de que o nominalista, ao eliminar os universais do catálogo ontológico, ainda não resolveu todos os problemas. Uma versão contemporânea do nominalismo foi defendida por *Nelson Goodman*. A sua opinião é a de que “O nominalista continua nominalista; não importando que indivíduos, qualitativos ou concretos, ele reconhece, na medida em que ele reconheça apenas entidades que são indivíduos. O nominalismo, em outras palavras, exclui tudo exceto indivíduos, mas não decide quais indivíduos existem” (GOODMAN, 1951, p. 149). Ora, essa atitude liberal não é suficiente para apaziguar os ânimos. A principal crítica provém da aparente incapacidade dos nominalistas de explicarem as verdades matemáticas e de justificarem as teorias científicas, as quais utilizam termos abstratos e universais aparentemente irreduzíveis.



Nelson Goodman
(1906-1998). Fonte:
[http://www.nndb.com/
people/679/000117328/](http://www.nndb.com/people/679/000117328/)

3.3 O QUADRADO FREGEANO

Gottlob Frege, no final do século XIX, ao considerar a natureza dos números, defendeu uma posição segundo a qual os números são objetos que, por um lado, não são concretos e empíricos, e por outro, não são abstratos e universais no sentido do platonismo

vulgar. Essa posição estranha resulta do entrecruzamento de várias distinções. Primeiro, a distinção entre subjetivo, objetivo efetivo e objetivo não efetivo; segundo, a distinção entre objeto e conceito; terceiro, a distinção entre sinal, sentido e significado; quarto, a distinção de dois modos de predicação, a saber, a relação de *subsunção* de um objeto a um conceito e a relação de *subordinação* de um conceito a outro conceito (FREGE, 1983). Essas distinções são todas elas alcançadas por meio da análise do conteúdo lógico-semântico de enunciações com pretensão de verdade e, mais especificamente, por meio da análise do que determina as relações de implicação e consequência entre proposições.

A tese de Frege diz que o conteúdo (*Inhalt*) de um predicado difere do conteúdo de um nome. Além disso, um nome comum, tal como “azul”, pode ser usado tanto para indicar um particular (objeto) quanto um universal (conceito). Essas diferenças de conteúdo explicitam-se por meio de estruturas gramaticais e lógicas diferentes quanto se os analisa do ponto de vista das relações de implicação e consequência lógica. Ademais, ao explicar essas diferenças lógico-gramaticais, Frege formulou uma distinção propriamente ontológica entre dois tipos de entidades (conceitos e objetos), associando-a a uma distinção lógica entre dois tipos de relação lógica ou formas de predicação (subsunção e subordinação).

Primeiro, Frege argumentou que há uma diferença irreduzível entre objetos e conceitos, os quais são os dois tipos básicos de referentes (significados) de uma expressão com função contedística numa sentença, ou seja, de uma expressão na posição do sujeito lógico ou na posição do predicado lógico. A distinção entre objeto e conceito diz respeito à contribuição semântica de uma expressão constituinte de uma sentença, contribuição essa explicitada no importe que o conteúdo dessa expressão tem nas relações de suposição e consequência. Frege utiliza três níveis de argumentação para fazer essa distinção: *gramatical*, *lógico* e *ontológico*. **Gramaticalmente** a diferença é indicada pelo uso dos artigos definido e indefinido e pela possibilidade de ocuparem a posição de sujeito gramatical e de predicado gramatical. **Logicamente**, em termos de simetria ou assimetria na permutação dos dois lados de um juízo de identidade. **Ontologicamente**, Frege argumentou que objetos e

conceitos são entidades (*Wesen*) com naturezas distintas, no sentido de que os objetos são completos e os conceitos incompletos. O fato de terem naturezas ou essências distintas implica que o que é próprio de um não é próprio de outro. Por isso, Frege defendeu que se deviam diferenciar as propriedades de um objeto e as notas características de um conceito. Em suma:

A confusão nasce aqui facilmente por falta de distinção entre conceito e objeto. Se se diz: “Um quadrado é um retângulo em que os lados que se tocam são iguais”, define-se o conceito *quadrado*, ao indicar as propriedades que algo deve ter para cair sob este conceito. A estas propriedades eu chamo características do conceito. Mas, observe-se que estas características do conceito não são suas propriedades. O conceito *quadrado* não é um retângulo; apenas os objetos que caem sob este conceito são retângulos, do mesmo modo como o conceito *pano negro* não é negro nem pano. Que existam tais objetos ainda não sabemos diretamente por meio da definição. (FREGE, 1990).

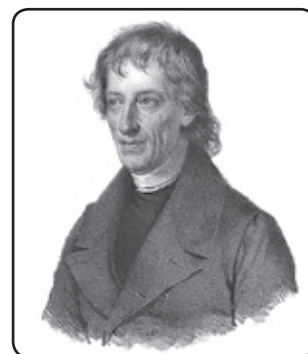
Usando essas distinções, podemos ver que o tampo de minha mesa tem quatro ângulos e quatro lados iguais, formando um quadrado; agora, o conceito de quadrado não tem ângulos nem lados, o que ele “contém” são as notas características (noções) de quaternidade, de angularidade e lateralidade. A partir dessa distinção, Frege diferenciava duas formas básicas de predicação: predicar um conceito de um objeto, e predicar de um conceito outro conceito. Note-se que se trata de duas operações distintas expressas por frases com forma gramatical idêntica, como exemplificam as frases “A Valentina é brava” e “A identidade é formal”. O “é” não significa a mesma operação lógica nessas duas frases. Frege denominou essas duas formas de predicação respectivamente de *Subsunção*, de um objeto a um conceito, e de *Subordinação*, de um conceito a outro conceito. A partir dessas distinções fregeanas pode-se refazer o quadrado ontológico, que lembra o de Aristóteles, mas construído a partir de noções e relações totalmente distintas, nos seguintes termos:

objetos	conceitos
propriedades	notas características

Esses termos indicam quatro tipos de significados, ou valores semânticos, para expressões que contribuem para o “conteúdo judiciável” de uma sentença. Dada uma expressão, pode-se perguntar: “nessa posição gramatical, o que ela designa em termos de sua contribuição para o conteúdo lógico a ser avaliado?” E uma primeira resposta será: ela indica o sujeito lógico, ou o predicado lógico, ou um operador ou um conectivo lógico. Depois, se ela indicar o predicado lógico, uma segunda resposta deveria ser dada: ela indica o predicado lógico de uma subsunção, ou indica o predicado lógico de uma subordinação, resposta esta que apenas pode ser dada se se fixar o sentido do termo que exerce a função de sujeito lógico. Os objetos se diferenciam entre si por suas propriedades. Nesse sentido, propriedades **determinam** objetos. As notas características definem os conceitos. E os objetos **caem sob** conceitos. Ademais, algumas estruturas gramaticais predicativas indicam a relação de *subsunção*, isto é, a relação de ordem entre conceitos.

Além disso, Frege ainda distinguia estritamente representação mental (*Vorstellung*), nota característica (*Merkmal*) de um conceito, propriedade (*Eigenschaft*) de um objeto (*Gegenstand*), e sinal (*Zeichen*). Com isso ele queria salvaguardar um âmbito de objetividade e validação para além dos **âmbitos da subjetividade e da objetividade experimental**. Esta admissão de um domínio (de doação de objetos), para além do domínio de objetos efetivos, acessíveis na experiência sensorial, e do domínio do subjetivo ou dos estados mentais, sempre restou problemática. Embora Frege, assim como seu antecessor **Bolzano**, justificasse a introdução desse domínio em termos de compreensão do conteúdo julgável de certos enunciados, para os quais se atribui valores de verdade e relações de implicação bem determinados, como é o caso dos enunciados matemáticos, a suspeita de platonismo não pode ser facilmente evitada. O problema está na suposição de que as proposições lógico-matemáticas sejam sobre alguma coisa, e que as expressões lógico-matemáticas em posição de sujeito lógico designem algo. A objeção principal a Frege é que ele estaria fazendo uma falsa analogia – entre as condições de verdade de uma frase do tipo “João é menor do que Pedro” e “Pedro é calvo”, cuja verdade implicaria a existência de objetos, e frases do tipo “2 é menor do que 4” e “2 é primo”.

• “Eu reconheço um domínio
• do objetivo não efetivo
• (Objectiven Nichtwirklichen),
• enquanto que os lógicos
• psicologistas consideram o
• não efetivo como o subjetivo
• (Subjectiv) sem mais. E,
• obviamente, não se vê
• claramente por que aquilo que
• tem uma existência (Bestand)
• independente do emissor de
• juízos deva ser efetivo, isto é,
• deva poder atuar diretamente
• ou indiretamente sobre os
• sentidos.” (Grundgesetze,
• Einleitung)



Bernard Bolzano (1781–
1848)

Além disso, a proposta pode ser questionada em termos ontológicos. Pois, **o problema de Frege está na atribuição de um conteúdo semântico a certas expressões e frases.** Mas, uma vez que para ele a verdade de uma frase depende de suas partes componentes com função semântica codificarem um sentido que tem de remeter a um referente, ele foi forçado a admitir a referência a objetos ideais (objetos não efetivos). Essa solução pode ser comparada e diferenciada em relação à tradição que, a partir de Platão e Aristóteles, reconhece diferentes tipos de ser (realidade), admitindo que para além das entidades particulares e concretas, as substâncias, haveria ainda entidades universais e abstratas, as propriedades e relações. O domínio dos objetivos não efetivos se comporta como o domínio das substâncias, mas tem características do domínio dos universais. Por um lado, um objeto não efetivo, seja ele o número 2, é um particular e tem propriedades e relações, ocupando o lugar de sujeito lógico; por outro, ele não é concreto, mas abstrato, embora não seja propriamente um universal, pois não pode exercer sozinho a função de predicado lógico. Isso mostra que as distinções indicadas pelos termos “universal” e “abstrato” deixam de ter um lugar bem definido na terminologia fregeana, o que causa espanto.

Com efeito, os quatro conceitos básicos de Frege parecem simplesmente não obedecer à quadripartição tradicional. Isso pode ser visto comparando-se o modelo teórico de Frege com uma reformulação contemporânea do esquema aristotélico, devida a Angelelli (1967), na qual aparecem as relações de predicação, análogas à subordinação e à subsunção existentes na quadripartição de Frege. A teoria clássica da predicação permitiria as seguintes relações de predicação:

substância segunda (humano)	[determinação]	atributos universais (sabedoria)
[exemplificação]		[instanciação]
substância primeira (Sócrates)	[inerência]	atributos particularizados (sabedoria socrática)

A partir desse quadrado, emergem quatro relações: exemplificação, instanciação, determinação, e inerência. O que sugere Angelelli é uma explicitação ontológica das diferentes formas de predicação. Desse modo, as distinções lógico-semânticas, referentes ao conteúdo semântico de partes sentenciais, são desdobradas e interpretadas ontologicamente. Aquilo que corresponde a distinção entre conceito e objeto, é a distinção entre substância e atributo; todavia, à distinção entre conceito de primeiro nível e conceito de nível superior possui várias distinções. Certamente Frege resistiria a tal leitura de suas teorizações, sobretudo tendo em vista o caráter nominalista de suas argumentações. Embora ele introduza um domínio de referência objetiva para além dos estados psicológicos particulares e para além dos objetos empíricos particulares, esse terceiro domínio somente era acessível via linguagem. Era, propriamente falando, um efeito do discurso, pois os domínios de referência apenas indicavam os *modos* de validação (*gelten*) de enunciações.

3.4 UMA ONTOLOGIA MONO-CATEGORIAL

Uma importante contribuição para esse debate foi a introdução do conceito de *particular abstrato*. Considere-se o uso da expressão “azul” numa frase do tipo “Essa bola é azul, e esse azul é escuro”. A diferença de função gramatical dessas duas ocorrências da palavra “azul” indica que o conteúdo semântico codificado a cada vez é diferente; porém, o mecanismo gramatical de retomada anafórica sinaliza que a segunda ocorrência da palavra “azul” indica e repõe o conteúdo semântico da primeira ocorrência. Usando a terminologia tradicional, deveríamos dizer que no primeiro caso “azul” significa um universal abstrato, e que no segundo designa um particular concreto. Porém, a forma gramatical é de predicação simples, trata-se em ambos da cor azul; logo, essa explanação ontológica não fecha com a explanação gramatical. E como explicar essa diferença?

Um diagnóstico a partir das distinções fregeanas consiste em dizer que estamos fazendo uma confusão entre a cor azul, como conceito, e a coloração azul, como objeto. Naquela frase, na primeira ocorrência a palavra “azul” significa um conceito, na segunda, um objeto. Esse diagnóstico, porém, repõe o problema de

Frege; pois se é assim, o que nos impediria de dizer “Esse azul é azul”? Essa frase inicialmente parece trivial e verdadeira; na verdade, parece ter de ser sempre verdadeira. Porém, seguindo Frege, o seu conteúdo seria explicitado como a subsunção de um objeto a um conceito. Mas o que é o objeto? O que é o conceito? A palavra “azul” significa o que mesmo? Um abstrato, a cor, ou um concreto, a coloração de tal objeto; um universal, ou um particular?

O problema está em como compreender a frase “Essa bola é azul”. Analisemos o dado, a bola. Podemos usar o conceito de *parte* para isso. A bola em questão é uma bola maciça de plástico. A nossa tendência natural é dizer que a bola não tem partes, ou então que ela tem apenas uma parte, o maciço de poliuretano que se confunde com a própria bola. E a cor azul, a forma esférica perfeita de 10 cm de diâmetro e o peso de 100g não são também partes? Muitos diriam que não, que a cor, a forma esférica, o diâmetro e o peso, não são partes, mas **propriedades** da bola. E isso porque as partes de uma coisa concreta e particular são também concretas e particulares; ora, a cor, a forma, o diâmetro e o peso não são concretos, mas abstratos e universais. Seguindo essa linha de raciocínio, podemos perceber que a frase tomada como exemplar era ambígua, pois uma mesma palavra ocorria duas vezes, mas com funções semânticas distintas; já a frase “Essa bola é redonda, e essa redondeza é irregular” exhibe na sua estrutura essa diferença. Todavia, ainda resta a questão do valor semântico (significado ou referência) dessas duas funções semânticas.

Para esclarecer esse ponto, consideremos a teoria dos tropos. Donald C. Williams, no artigo *On the elements of being* (1953), defendeu uma posição que ainda hoje faz história. Considerando o exemplo de um pirulito, ele defendeu que:

Usando agora um termo antigo mas muito apropriado, uma parte grande, como o palito, é “concreta”, como o inteiro pirulito, enquanto que uma parte pequena ou difusa, como o componente cor ou o componente forma, é “abstrato”. A cor-com-forma é menos abstrata ou mais concreta, mais próximo do concreto que a cor sozinha, mas é mais abstrata ou menos concreta do que cor-mais-forma-mais-sabor, e assim por diante até alcançarmos o complexo total que é o inteiro concreto. Eu proponho que entidades como nossas partes finas ou componentes abstra-

tos são os constituintes primários desse ou qualquer mundo possível, o próprio alfabeto do ser. Elas não apenas são efetivos (*actual*) mas são as únicas efetividades (*actualities*), nesse preciso sentido de que enquanto as entidades de todas as outras categorias são literalmente compostas delas, elas não são compostas de nenhum outro tipo de entidade. Que tal categoria crucial não tenha um nome regular é a característica dos primeiros princípios e é parte daquilo que os tornam dignos de investigação. Uma descrição delas em boa e antiga terminologia tem um tom paradoxal: nossas partes finas são “particulares abstratos”. (WILLIAMS, 1997, p. 115).

Essas entidades, supostas por Williams como os constituintes básicos de todo e qualquer ser ou realidade, foram por ele batizadas de tropos (*tropes*), e essa tese é conhecida como **teoria dos tropos**.

A tese básica dessa teoria é que não precisamos introduzir uma ontologia dualista, com categorias exclusivas de ser – concretos e abstratos, ou particulares e universais. Uma única categoria seria suficiente, a dos tropos, os quais seriam as partes concretas mais ínfimas das coisas concretas. Além disso, essa teoria propõe uma reinterpretação da teoria da predicação ou da semântica das frases predicativas, pois tanto o sujeito lógico quanto o predicado significariam algo de concreto, e a relação entre eles seria análoga a de todo/parte.

Desse modo, ao dizermos “A bola é azul” estaríamos dizendo que um ser complexo concreto, a bola, tem uma parte concreta, o ser-azul. Ao dizermos “O azul é escuro” estaríamos dizendo de um ser complexo concreto, o ser-azul, que ele possui uma parte concreta mais ínfima, o ser-escuro. A recorrência da palavra “ser” nessa descrição indicaria que estamos nos referindo sempre a uma entidade concreta, isto é, da mesma categoria ontológica da bola inteira.

A noção de parte, entretanto, não parece ser adequada. Não se trata aqui, propriamente falando, da relação entre todos e suas partes. Um pirulito pode ser dividido em partes. Agora, se considerarmos uma partícula atômica, o que faz com que ela seja um objeto único, completo e distinto? Na ontologia tradicional, as propriedades e relações de um objeto são *universais*; o objeto mesmo, um *particular*. A partir disso, podemos pensar em duas descrições do objeto particular em sua particularidade e completude: (1) um

Conferir CAMPBELL, K. *The metaphysic of abstract particulars*. In *Properties*, ed. by D. H. Mellor and A. Oliver; Oxford: UP 1997; BACON, J.. *Universals and property instances the alphabet of being*. Cambridge: Blackwell, 1995.

objeto individual é a união de propriedades universais com algo adicional, uma realidade particularizadora (a matéria, o substrato puro). O problema com essa solução é que se formos eliminando as propriedades e relações de um objeto, no final desse processo parece não restar nada. A segunda solução consiste em conceber (2) um objeto individual como nada mais do que um feixe de propriedades. O problema com essa solução é que se perde a particularidade, pois as propriedades são universais e, não importa quantas se enfeixem, nunca se alcança a individualidade e a distinção características dos indivíduos particulares.

A solução de Williams consiste justamente em conceber (3) os objetos individuais como *feixes de tropos*, isto é, como feixes de casos particulares de qualidades. Desse modo, os elementos dos feixes são tropos, isto é, já particulares, e não importa o quanto eles sejam similares entre si: o vermelho e a maciez de uma rosa serão sempre distintos do vermelho e da maciez das outras rosas. Ou seja, os diferentes feixes (objetos individuais) nunca têm elementos em comum e muito menos podem coincidir completamente. (CAMPBELL, 1997, p. 132). Nessa teoria, cada rosa vermelha é de um vermelho único, não compartilhado pelas outras. Essa teoria ontológica, ao eliminar as entidades abstratas universais, pretende dar conta da multiplicidade de entidades e de propriedades apenas em termos de uma única categoria ontológica, os tropos ou particulares abstratos, pois também as substâncias particulares são agora explicadas em termos de feixes de tropos. A predicação, em última análise, sempre é uma relação entre uma totalidade (feixe) de particulares e um particular individual. Embora se aproxime e quase se encoste ao nominalismo, a teoria dos tropos não passa para o outro lado, pois nela uma predicação simples não exprime uma relação entre um nome múltiplo e um nome próprio, mas sim entre um todo e uma parte.

3.5 UMA ONTOLOGIA QUADRI-CATEGORIAL

O que foi dito até aqui nos permite retomar as distinções, postas no início, entre particulares e universais e entre concretos e abstratos. Poderíamos tentar fixar essas noções do seguinte modo: **a particularidade se caracteriza pela unicidade e irrepetibilidade;**

a *universalidade* pela repetibilidade e possibilidade de múltiplas ocorrências. Uma vez fixadas essas noções, podemos nos perguntar pela existência ou não de entidades que preencham essas condições. Além disso, embora as ontologias clássicas admitam a sua existência, a relação entre esses dois tipos de entidade tradicionalmente é um problema, pois uma coisa particular, seja ela uma pedra, aparentemente relaciona-se com diferentes universais, sejam a forma redonda, a cor marrom, o peso de 300g, etc.; universais esses que, por sua vez, podem estar relacionados, ao mesmo tempo, a outra pedra. O que se quer dizer inicialmente é que de duas pedras, x e y , pode-se afirmar com verdade os mesmos vários predicados: R , M , G , etc. A depender, porém, da concepção ontológica dos correlatos desses predicados, denomina-se a relação de instanciação, exemplificação, participação, imitação. O nominalista clássico, como vimos, diria que o que há são as entidades particulares, e que os predicados comuns são na verdade meros nomes (palavras, que são também entidades particulares) que nomeiam vários particulares. Logo, a sua tese é que a predicação não representa uma relação entre um particular e um universal, mas sim entre um particular, a coisa ou as coisas, e um signo.

A distinção entre concretos e abstratos, por sua vez, poderia assim ser fixada. Entidades **concretas** são aquelas apreendidas diretamente no sentir, localizadas espaço-temporalmente, independentes no existir, específicas (determinadas), que podem sofrer modificações intrínsecas e que entram em relações de causa e efeito. As entidades **abstratas** seriam aquelas apreendidas por meio da faculdade pensante, pela comparação e avaliação de vários indivíduos particulares; que são exemplificáveis e dependem, para existir, de particulares; que são genéricos (determináveis), sem limites nem contorno, nem interior, nem exterior (a-temporais e a-espaciais); e que não sofrem modificações intrínsecas nem causam ou sofrem efeitos. Note-se que assim se fixou o conceito, não a existência ou inexistência de entidades que caem sob esse conceito. Sendo assim, pode-se perguntar se essas distinções, detectáveis nos planos gramatical e lógico, têm conotações ontológicas? Em termos diretos, universal e particular, concreto e abstrato são tipos ou modos de ser que diferenciam entidades? Há entidades que são

ou concretas ou abstratas, universais ou particulares? Ou tais distinções dizem respeito ao modo de dar-se e de ser apreendido, ou ao modo de dizer e pensar a entidade dos entes que são objetos de nosso conhecimento, ação e consideração?

Como vimos nas seções anteriores, essa variedade de categorias básicas tem sido questionada, ora sob a alegação de que a categoria dos indivíduos particulares é suficiente, ora sob a alegação de que as qualidades particulares, ou tropos, são suficientes. **A doutrina de Frege pode ser vista como um passo intermediário, que reconhece tão somente objetos e conceitos, e faz as categorias de universais abstratos e particulares abstratos recaírem como determinações de conceitos e objetos, respectivamente.**

Recentemente, em várias obras, *E. J. Lowe* retomou as distinções aqui discutidas e formulou uma doutrina de quatro categorias básicas, por meio de uma revisão das distinções fregeanas nos termos da categorização aristotélica, e explicitamente em oposição à teoria monocategorial dos tropos. Neste esquema temos quatro tipos básicos de entidades, indicados pelo nome da teoria – é o que dá título ao livro principal de Lowe, *The four-category ontology* (2006). O esquema ontológico de Lowe contém uma categoria geral, a de *entidade*, sob a qual se hierarquizam oito categorias:



E.J. Lowe (1950 –)

Entidade

Universais

1. tipos
2. propriedades e relações

Particulares

3. objetos
 - substâncias*
 - não substâncias*
4. modos monádicos e relacionais

A justificação para essa hierarquia, e sobretudo para a adoção das quatro categorias fundamentais (tipos, propriedades; objetos, modos), é a adoção prévia das distinções entre universal e particular,

por um lado, e entre abstrato e concreto, por outro. Desse modo, uma entidade pode ser universal abstrata (tipo), universal concreta (propriedade), particular abstrata (modo), particular concreta (objeto). Nesse esquema, há diferentes relações entre as categorias, as quais são expressas por frases predicativas: os tipos são **instanciados** por objetos, e as propriedades e relações são instanciadas por modos. Por sua vez, os tipos são **caracterizados** por propriedades e relações, e os objetos são caracterizados por modos. Desse modo, a categorização ontológica estabelece uma relação direta com dois tipos básicos de predicção: atribuir uma propriedade a um tipo, por exemplo, “Gaviões são predadores”, e atribuir um modo a um objeto, por exemplo, “Esse gavião tem penas quebradas”.

O cerne da concepção de Lowe está na tese de que há quatro sentidos básicos de entidade. A postulação dessa pluralidade de categorias ampara-se numa argumentação que tem como base as noções de dependência quanto à existência e identidade. No que diz respeito aos objetos – as entidades independentes –, há os substanciais e os não substanciais. Os objetos não substanciais dependem, para sua existência e identidade, do objeto substancial que eles caracterizam. Por exemplo, o vermelho particular da rosa Z existe e se distingue dos demais vermelhos particulares precisamente por ser o da rosa Z. Ao contrário, a rosa Z não depende, nem para sua existência, nem para sua identidade, do seu vermelho particular, pois ela poderia existir sem ele, ao, por exemplo, mudar de cor. Podemos resumir esse tipo de assimetria ontológica entre elementos substanciais e não substanciais dizendo que os primeiros são particulares independentes e os segundos dependentes. Quanto aos universais, sejam substanciais ou não substanciais, eles são entidades dependentes em outro sentido. Com efeito, para os universais Lowe admite um tipo de imanência ou realismo “aristotélico”, concebendo-os como “genericamente” dependentes quanto à existência de suas instâncias particulares. Isso quer dizer que, de acordo com essa visão realista imanente, um universal apenas pode existir se tiver alguns casos particulares: há e pode haver universais não instanciados. Mas um universal não é dependente, quanto à sua identidade, de suas instâncias particulares: o mesmo universal poderia ter diferentes instâncias particulares, diversas daquelas que realmente tem.

3.6 IMPLICAÇÃO CATEGORIAL

A questão explorada até aqui se reflete no modo como explicamos a identidade na diversidade e a existência de múltiplos do mesmo. Em outras palavras, trata-se do problema de explicar a **unidade** de uma classe e a **diversidade** de seus membros. A dificuldade, todavia, está em explicar as nossas práticas de enunciação e validação de raciocínios, pois o problema está na explicitação das suposições que amparam as inferências que partem da atribuição bem sucedida de um predicado a diferentes objetos e concluem pela existência de uma propriedade comum compartilhada por esses objetos. Ou, inversamente, raciocínios que da atribuição bem sucedida de um predicado a diferentes objetos concluem pela existência de diferentes instâncias de uma mesma propriedade. Em geral, aceita-se que da verdade de “há quatro carros amarelos no pátio” pode-se inferir que os quatro carros compartilham a mesma propriedade, a cor amarela, e também que a cor amarela possui quatro instâncias diferentes no pátio.

Esse tipo de raciocínio está bem no seu uso cotidiano. O problema surge justamente quando tentamos explicá-lo. Uma explicação seria dizer que há algo, uma cor, que é a mesma nos quatro carros e que se mantém a mesma não importa quantas instanciações ela tem ou não. A expressão “amarelos” na frase original designaria justamente esse algo. A partir daí temos três opções claras: ou se diz que esse algo, o amarelo, está em cada carro, portanto que é múltiplo, mas que os quatro casos mantêm entre si uma relação de identidade, estrita ou não; ou se diz que esse algo, o amarelo, é único e apenas se manifesta em quatro regiões do espaço; ou se diz que não há um algo designado pela expressão “amarelo”.

A **primeira solução** implica que o significado de “amarelos” seja múltiplo e supõe que seja possível identificar diferentes coisas por alguma propriedade. A **segunda solução** exige que a expressão “amarelos” seja permutada por uma expressão no singular, talvez desse modo: “há quatro carros no pátio e todos exibem a cor amarela”. Essas duas soluções supõem que uma expressão ser significativa implica que ela designe alguma coisa. A última solução não tem essas implicações, mas exige uma revisão da semântica

dos predicados. Ora, essas soluções são semanticamente ingênuas, pois **supõem que as expressões significativas têm de designar alguma coisa** e, se designam, essa coisa tem o mesmo tipo de ser de qualquer outra coisa designada por expressões. No caso, supõe-se que as expressões “pátio”, “carros”, “quatro” e “amarelos” designam alguma coisa, e que as coisas por elas designadas “são” no mesmo sentido. Caso se recuse a existência de um tipo de entidade, isto é, caso se recuse o “ser” para o putativo designado da expressão significativa, então se diz que há apenas a expressão, e que ela é uma mera palavra, que ela não designa nada. Outra explicação seria dizer que o que há é apenas uma relação de similitude para uma consciência que percebe os carros, mas que não há nada além de carros. A partir disso poder-se-ia ainda dizer que a expressão “amarelos” na frase original indica justamente essa similitude, mas não designa nenhuma entidade.

A solução de Frege consiste em manter a ideia da significatividade das expressões com função semântica, mas negando justamente essa pressuposição do significado único de “ser”. Os referentes, quando há, das diferentes expressões não têm o mesmo tipo ou modo de ser. Ele denominou esses referentes de objetos, conceitos, propriedades e notas características. A sua análise da frase “há quatro carros amarelos no pátio” diria que na região delimitada pelo termo “pátio” aplica-se o conceito “carro amarelo” quatro vezes. Por um conceito entenda-se aqui uma regra de separação que fornece uma condição a ser preenchida ou não por objetos. A expressão “amarelos”, nesse sentido, codificaria uma marca caracterizadora do conceito de carro, isto é, especificaria uma determinada condição. O fato de a aplicação do conceito “carro amarelo” ser bem-sucedida pode ser explicado dizendo-se que quatro objetos no pátio, que têm a propriedade de serem carros, têm também a propriedade de serem amarelos. Isso pode ainda ser dito de outro modo: aquele enunciado diz do conceito “cor amarela” que ele pode ser aplicado a quatro objetos no pátio, aos quais também pode ser aplicado o conceito “carro”. Note-se que nessa explanação da predicação nada é dito quanto à existência ou não de algo designado pela expressão “amarelos”.

LEITURAS SUGERIDAS

O problema da categorização ontológica é exposto de maneira sistemática e inovadora no livro de Bruno L. Puntel, *Estrutura e ser* (Porto Alegre: Editora Unisinos, 2008). Para uma visão histórica sobre os diferentes sentidos de “ser”, recomenda-se o livro de Martin Heidegger *Introdução à Metafísica* (São Paulo: Tempo Brasileiro, 1999). O livro de Paul F. Strawson, *Análise e Metafísica: uma introdução à Filosofia* (São Paulo: Discurso Editorial, 2002), é exemplo da abordagem analítica do problema da existência e da categorização ontológica. Por fim, recomenda-se a leitura do livro de Max Scheler, *A posição do homem no cosmos* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003), no qual se discute a especificidade do ser humano frente aos demais entes.

REFLITA SOBRE

O que são as diferentes coisas das quais nós afirmamos predicados? Depois, reflita sobre os diferentes tipos de predicados que afirmamos das coisas. Então, pergunte-se pelo sentido de “ser” ou “existência” capaz de se aplicar tanto às coisas de que falamos quanto às coisas que predicamos.